

O PARTO DA MULHER INDÍGENA: ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM COM FOCO NAS BOAS PRÁTICAS

INDIGENOUS WOMEN'S CHILDBIRTH: NURSE CARE WITH A FOCUS ON GOOD PRACTICES

Francielle Carvalho Amaral Souza¹

Luciana Lemos Nobre²

RESUMO: **Introdução:** O parto para a mulher indígena envolve significados culturais, sociais e espirituais que vão além do aspecto fisiológico. No Brasil, os povos indígenas ainda enfrentam barreiras geográficas, linguísticas e culturais no acesso à assistência a saúde. Nesse contexto, a enfermagem tem papel central ao promover cuidados humanizados e baseados em evidências, respeitando a diversidade cultural e o protagonismo da mulher no parto. **Objetivo:** Este estudo visa analisar os desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem no atendimento as mulheres indígenas na assistência ao parto na atenção primária, com foco na implementação das boas práticas de parto e nascimento que respeitem as especificidades culturais e promovam uma experiência de parto segura e humanizada. **Materiais e Métodos:** Este estudo consiste em uma revisão de literatura qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, baseada em artigos científicos, revistas especializadas e legislações. A pesquisa aborda a valorização das práticas culturais no cuidado às mulheres indígenas e os desafios enfrentados pela enfermagem, ressaltando a importância de políticas públicas que promovam formação adequada e serviços adaptados para uma assistência integral e culturalmente sensível. **Resultados:** Observou-se que a assistência de enfermagem às mulheres indígenas durante o parto ainda enfrenta desafios importantes, como a falta de capacitação específica dos profissionais, as barreiras culturais e as dificuldades de acesso às comunidades. Evidenciou-se também o papel fundamental dos Agentes Indígenas de Saúde como mediadores culturais, além da necessidade de fortalecer a formação intercultural dos enfermeiros, visando uma assistência mais segura, humanizada e respeitosa aos saberes tradicionais.

444

Palavras-chave: Cultura. Enfermagem. Humanização. Mulher Indígena. Parto. Saúde. Saberes Tradicionais.

¹Discente do curso de Enfermagem da Faculdade de Ilhéus, Centro de Ensino Superior, Ilhéus, Bahia.

²Docente do curso de Enfermagem da Faculdade de Ilhéus, Centro de Ensino Superior, Ilhéus, Bahia.

ABSTRACT: Introduction: Childbirth for Indigenous women involves cultural, social, and spiritual meanings that go beyond the physiological aspect. In Brazil, Indigenous people still face geographical, linguistic, and cultural barriers in accessing healthcare. In this context, nursing plays a central role in promoting humanized and evidence-based care, respecting cultural diversity and the woman's protagonism in childbirth. **Objective:** This study aims to analyze the challenges faced by nursing professionals in providing childbirth care to Indigenous women in primary care, focusing on the implementation of good childbirth and birth practices that respect cultural specificities and promote a safe and humanized childbirth experience. **Materials and Methods:** This study consists of a qualitative literature review, descriptive and exploratory in nature, based on scientific articles, specialized journals, and legislation. The research addresses the appreciation of cultural practices in the care of Indigenous women and the challenges faced by nursing, highlighting the importance of public policies that promote adequate training and services adapted for comprehensive and culturally sensitive care. **Results:** It was observed that nursing care for indigenous women during childbirth still faces significant challenges, such as a lack of specific training for professionals, cultural barriers, and difficulties in accessing communities. The fundamental role of Indigenous Health Agents as cultural mediators was also highlighted, as well as the need to strengthen the intercultural training of nurses, aiming for safer, more humanized care that respects traditional knowledge.

Keywords: Culture. Nursing. Humanization. Indigenous Women. Childbirth. Health. Traditional Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, cerca de 1,7 milhão de pessoas se identificam como indígenas, distribuídas em mais de 270 povos com distintas línguas, culturas e tradições segundo dados do Censo do IBGE (2022), cuja maior parte dessa população reside em aldeias localizadas em terras indígenas, onde preservam seus saberes, modos de vida e formas próprias de cuidado à saúde. No entanto, compreende-se que desde o contato com os colonizadores portugueses em 1500, os povos indígenas passaram por transformações profundas, muitas delas traumáticas, que afetaram diretamente seus territórios, suas estruturas sociais e suas práticas culturais, incluindo a forma como vivenciam a maternidade e o parto.

O parto, para as mulheres indígenas, não é apenas um processo fisiológico, mas um acontecimento profundamente simbólico, carregado de significados espirituais, sociais e culturais. Inserido nesse contexto mais amplo está o planejamento familiar, que também deve ser compreendido a partir da realidade e das escolhas das mulheres indígenas. Garantir o acesso a informações e serviços de planejamento familiar culturalmente adequados, é essencial para que essas mulheres possam exercer sua autonomia reprodutiva de forma segura e informada,

respeitando seus valores e crenças.

Apesar disso, os serviços de saúde convencionais muitas vezes não consideram essas especificidades culturais, o que pode gerar desrespeito, insegurança e desconfiança por parte das comunidades indígenas. O atendimento obstétrico e o próprio aconselhamento em saúde reprodutiva precisam ser adaptados à diversidade cultural dos povos indígenas (BRASIL, 2002). Nesse cenário, a enfermagem desempenha um papel central, por estar diretamente envolvida tanto na assistência ao parto quanto nas ações de promoção à saúde e educação sobre planejamento familiar.

Além das barreiras geográficas e de acesso, questões linguísticas e culturais dificultam a obtenção de uma assistência qualificada e sensível às necessidades dessas populações. Por isso, torna-se fundamental integrar as boas práticas de parto e nascimento recomendadas por organismos como a Organização Mundial da Saúde (2017), a uma abordagem intercultural, que valorize a autonomia da mulher, minimize intervenções desnecessárias e promova o protagonismo feminino.

Diante desse panorama, este trabalho teve como objetivo geral analisar os desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem no atendimento as mulheres indígenas na atenção primária focando as boas práticas do parto e nascimento; e como objetivos específicos: Destacar a importância da capacitação dos profissionais de enfermagem, considerando as barreiras culturais, linguísticas e geográficas; Fortalecer a educação em saúde para mulheres indígenas, abordando temas como planejamento familiar e plano de parto, a fim de promover maior autonomia e acesso a informações; e Analisar as estratégias de atuação da enfermagem que integram as boas práticas de parto e nascimento.

446

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desafios no Acesso à Saúde da População Indígena e Capacitação dos Profissionais de Enfermagem.

O acesso à saúde para os povos indígenas brasileiros apresenta diversas dificuldades, relacionadas tanto às barreiras geográficas quanto à insuficiente capacitação dos profissionais que atuam nessas comunidades. Monteiro et al. (2023), destaca que existe um baixo índice de formação acadêmica específica para a saúde indígena nos cursos de enfermagem, o que compromete a qualidade da assistência.

Segundo Maia et al. (2021), essa lacuna é parcialmente preenchida por capacitações

internas periódicas realizadas nos serviços de saúde, mas que ainda carecem de maior sistematização e profundidade. Por isso, torna-se imprescindível que os profissionais conheçam os direitos dos povos indígenas e as políticas públicas voltadas à sua saúde. Com isso, estarão preparados para atender às especificidades dos povos indígenas, reconhecendo seus direitos e respeitando suas culturas.

Vital et al. (2022) enfatizam que a atuação desses profissionais deve respeitar a diversidade cultural, evitando práticas que possam desconsiderar ou violar valores e tradições indígenas. Essa sensibilidade cultural é fundamental para garantir uma assistência eficaz, humanizada e resolutiva, que dialogue com os saberes tradicionais dos povos atendidos.

Outro aspecto que dificulta o acesso à saúde está relacionado às condições estruturais das regiões indígenas, muitas vezes localizadas em áreas remotas e de difícil acesso, especialmente na Amazônia Legal (Garnelo et al., 2019).

Os profissionais de enfermagem enfrentam desafios logísticos, como longos deslocamentos e limitações nos recursos disponíveis, além de dificuldades na comunicação devido às barreiras linguísticas e culturais (Maia et al., 2021). Esses fatores impactam diretamente na continuidade do cuidado e na efetividade dos serviços prestados. Diante desse cenário, torna-se evidente a importância da implementação de políticas públicas mais eficazes que garantam não apenas o acesso físico aos serviços de saúde, mas também a qualidade da assistência prestada. Além disso, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) BRASIL, (2002) estabelece diretrizes para uma atenção diferenciada, com foco na promoção da equidade e no respeito às práticas culturais. No entanto, sua efetivação esbarra em falhas estruturais e na carência de profissionais devidamente preparados para lidar com a interculturalidade, o que reforça a necessidade de formação contínua e específica no tema.

447

A formação dos profissionais de enfermagem ainda é centrada, em grande parte, em um modelo biomédico e universalista, que pouco contempla as especificidades étnico-culturais dos povos originários. Essa lacuna compromete o reconhecimento das práticas de cuidado tradicionais e limita o desenvolvimento de vínculos de confiança entre profissionais e comunidades (Maia et al., 2021).

A ausência de abordagens interculturais durante a formação inicial dificulta o diálogo com os saberes indígenas e contribui para práticas descontextualizadas, muitas vezes percebidas como invasivas ou desrespeitosas pelas populações atendidas.

Nesse contexto, a educação permanente em saúde se apresenta como uma estratégia essencial para qualificar a atuação dos profissionais que atuam em áreas indígenas (BRASIL, 2022). Portanto, ratifica a importância de programas que abordem temas como direitos indígenas, rituais de parto e nascimento e práticas tradicionais de cuidado para favorecer uma assistência mais sensível e eficiente.

Assim, a inclusão de agentes indígenas de saúde e intérpretes nos serviços de saúde é uma estratégia importante para reduzir barreiras linguísticas e culturais, fortalecendo o cuidado colaborativo e respeitoso (Brasil, 2002). Também é necessário repensar os modelos de organização dos serviços, com foco em garantir a continuidade do cuidado e a articulação entre atenção básica e os serviços de referência para o parto e o nascimento conforme colocado pela OMS (2017), pois, a ausência de fluxos bem definidos compromete a resolutividade da atenção e pode aumentar os riscos materno-infantis, especialmente em casos de gestação de risco.

Portanto, superar os desafios no acesso à saúde indígena exige não apenas melhorias na infraestrutura e na logística, mas também um investimento consistente na formação intercultural dos profissionais de enfermagem. Somente assim será possível oferecer um cuidado mais justo, qualificado e alinhado às necessidades reais das mulheres indígenas e de suas comunidades.

2.2 O fortalecimento da educação em saúde para mulheres indígenas

A educação em saúde constitui uma estratégia essencial para promover a autonomia e o protagonismo dos indivíduos em relação ao cuidado com sua saúde. Conceição et al. (2020) apontam que esse processo transdisciplinar valoriza as subjetividades e singularidades presentes nas vivências individuais e coletivas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Assim, fortalecer a educação em saúde para mulheres indígenas é fundamental para garantir que elas tenham maior autonomia sobre suas escolhas reprodutivas e acesso a informações essenciais sobre sua saúde. A abordagem de temas como o plano de parto e o planejamento familiar pode proporcionar às mulheres indígenas o conhecimento necessário para tomar decisões informadas sobre o momento e as condições em que desejam ter filhos (Nunes, 2024).

O plano de parto é um documento que registra as preferências da mulher em relação ao parto, incluindo questões como o ambiente desejado para o parto, as intervenções médicas aceitáveis, as preferências em relação ao alívio da dor, o contato pele a pele imediato após o

nascimento e outras questões relacionadas ao cuidado materno e neonatal. Ao fornecer uma estrutura para discutir e documentar essas preferências, o plano de parto ajuda a garantir que as necessidades e desejos da mulher sejam respeitados durante o parto Macedo et al., (2023) (apud Nunes, 2024, p. 03).

Dessa forma, considera-se que no contexto do planejamento familiar, nas consultas pré-concepcionais o plano de parto é essencial para a educação em saúde e deve considerar não apenas os aspectos clínicos, mas também os fatores socioculturais que influenciam o comportamento e a percepção das gestantes:

Além disso, as atividades educativas no pré-natal, que abordam temas como parto e nascimento, são fundamentais para diminuir a insegurança e o medo, especialmente entre mulheres indígenas. Estas são frequentemente impactadas por informações informais ou equivocadas disseminadas em redes sociais e meios não especializados (Quental et al., 2017).

Portanto, o acesso aos serviços de saúde deve garantir um atendimento acolhedor, humanizado e isento de qualquer forma de discriminação, o que reforça a importância da educação em saúde adaptada às necessidades culturais dessas populações.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Brasil, 2002) destaca a necessidade de adaptar o pré-natal às especificidades socioculturais e territoriais, garantindo um cuidado integral e respeitoso às mulheres indígenas.

Assim, para que a educação em saúde no pré-natal seja efetiva entre mulheres indígenas, é essencial considerar os processos de comunicação intercultural. Isso implica no uso de linguagens acessíveis, o respeito aos tempos e às formas de aprendizagem de cada comunidade e, sempre que possível, a participação de agentes indígenas de saúde como mediadores (Brasil, 2002). Esses profissionais, por conhecerem a língua, os costumes e os valores de suas comunidades, tornam-se aliados importantes na construção de uma atenção pré-natal mais próxima, compreensível e eficaz.

No entanto, ainda existem desafios significativos para que essas ações sejam implementadas de forma ampla e efetiva. Segundo Conceição et al. (2020) a escassez de materiais educativos adaptados às culturas indígenas, a ausência de infraestrutura adequada em muitas unidades básicas de saúde e a falta de preparo dos profissionais para conduzir atividades educativas com base em princípios interculturais dificultam a realização dessas ações de forma contínua e qualificada.

2.3 As estratégias de atuação da enfermagem que integram as boas práticas no parto e nascimento indígena.

A atenção ao parto e nascimento nas comunidades indígenas deve estar pautada em boas práticas no parto e nascimento que priorizem a segurança, o respeito cultural e o protagonismo da mulher. As Diretrizes Nacionais para a Atenção ao Parto Normal recomendam a adoção de práticas que promovam um parto humanizado, minimizando intervenções desnecessárias e garantindo o direito ao acompanhante e à escolha da posição durante o trabalho de parto (Brasil, 2017).

Entretanto, o acesso ao serviço de referência adequado para o parto, muitas vezes localizado distante das comunidades indígenas, apresenta desafios que comprometem a continuidade e qualidade da assistência (Garnelo et al., 2019). Os profissionais de enfermagem, ao atuarem na linha de frente desses serviços, devem estar capacitados para integrar os saberes tradicionais ao cuidado técnico, respeitando as práticas culturais indígenas.

A implementação de boas práticas, aliada à sensibilização cultural dos profissionais, contribui para melhorar a experiência do parto para a mulher indígena, fortalecendo a confiança no serviço de saúde e reduzindo a mortalidade materna e neonatal (Brasil, 2002). O fortalecimento da rede de atenção, incluindo o serviço de referência, é fundamental para assegurar a assistência integral e qualificada à gestante indígena, respeitando suas necessidades clínicas e culturais.

450

Conforme Santos et al., (2020) para que a assistência prestada às mulheres indígenas seja efetiva e respeitosa, é fundamental que a enfermagem atue com base em uma escuta qualificada e na valorização dos saberes tradicionais sobre o parto. As parteiras, por exemplo, desempenham um papel histórico e cultural relevante em muitas comunidades indígenas, sendo figuras de confiança e detentoras de conhecimentos milenares (Iphan, 2022). Diante disso, a articulação entre essas parteiras e os profissionais de enfermagem pode promover um cuidado mais acolhedor, seguro e culturalmente sintonizado, desde que ocorra com respeito mútuo e diálogo entre os diferentes sistemas de conhecimento.

Nesse sentido, a adoção de estratégias como a elaboração do plano de parto durante o pré-natal, com a participação ativa da gestante e da família, é uma ferramenta valiosa para assegurar que suas preferências e práticas culturais sejam respeitadas no momento do parto. Essa abordagem permite que o profissional de enfermagem conheça, com antecedência, os desejos da mulher indígena, como a escolha do local, posição e acompanhantes durante o parto,

possibilitando uma assistência mais centrada na mulher e sensível à sua cultura.

Além disso, Santos et al., (2020) expõe que a capacitação continuada dos profissionais de enfermagem é uma estratégia essencial para que estejam preparados para atuar de forma intercultural. A formação deve incluir conteúdos que abordem não apenas técnicas obstétricas baseadas em evidências, mas também aspectos da diversidade cultural, direitos reprodutivos, história dos povos indígenas e políticas públicas específicas, como a PNASPI (BRASIL, 2002).

A educação permanente favorece o desenvolvimento de competências emocionais e comunicacionais necessárias para lidar com situações complexas e promover o acolhimento sem julgamentos ou preconceitos (BRASIL, 2002). Assim, a adaptação dos procedimentos às realidades locais, o fortalecimento dos vínculos entre as equipes de saúde e os agentes indígenas de saúde como mediadores entre os profissionais e as comunidades contribuem para garantir continuidade do cuidado, reduzir a evasão do acompanhamento pré-natal e melhorar os desfechos materno-infantis.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, visando analisar os desafios de acesso aos serviços de saúde e o respeito às especificidades culturais, considerando a implementação de boas práticas de parto e nascimento pela enfermagem no contexto das mulheres indígenas. A pesquisa teve natureza descritiva e exploratória, buscando reunir, sintetizar e interpretar evidências científicas relevantes sobre o tema.

Para a construção da revisão, foram selecionados artigos científicos publicados em bases de dados reconhecidas, como SciELO (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão envolveram publicações que abordassem práticas obstétricas humanizadas, assistência de enfermagem, saúde da mulher indígena, desafios na assistência de enfermagem à saúde dos povos indígenas e aspectos culturais no contexto do parto.

Foram utilizados os seguintes descritores combinados com operadores booleanos: “*boas práticas de parto e nascimento*”, “*enfermagem*”, “*mulher indígena*”, “*plano de parto*” e “*cultura*”. A análise dos dados foi feita de forma qualitativa, por meio da leitura crítica e categorização dos principais achados, permitindo identificar os principais desafios enfrentados pelos profissionais de enfermagem, como a carência de capacitação para o atendimento intercultural e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde nas comunidades indígenas, além de estratégias que

valorizem os saberes tradicionais e promovam uma assistência culturalmente sensível.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise dos artigos sobre O Parto da Mulher Indígena: Assistência de Enfermagem com Foco nas Boas Práticas. Foi observado os resultados de pesquisa, na qual é estabelecida no Quadro 1.

Esta pesquisa utilizou artigos que atenderam aos critérios de inclusão e responderam a pesquisa norteadora. Esses artigos estão organizados no quadro a seguir, contendo autor, ano de publicação, título, objetivos, delineamento metodológico e resultados.

Quadro 1 – Resultados das revisões dos artigos pertencetes ao estudo, 2025.

AUTORES/ANO PUBLICAÇÃO	TÍTULO	OBJETIVOS	DELINEAMENTO METODOLÓGICO	RESULTADOS
Araújo, Lopes (2023)	DESAFIOS NA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE NAS COMUNIDADES INDÍGENAS.	Discutir os desafios da assistência de saúde em comunidades indígenas.	Revisão integrativa de literatura, que compõe técnicas onde engloba e sintetiza a ideia produzida, através da análise dos resultados.	A atenção básica de saúde nas áreas indígenas, ocorre a partir da intervenção dos agentes indígenas de saúde e com as equipes interdisciplinares regularmente, segundo planejamento de suas estratégias e como estar estruturado o ambiente de trabalho dos profissionais de enfermagem para realização dos serviços.

Souza et al. (2025)	DESAFIOS E PRÁTICAS DE ENFERMAGEM NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE NAS COMUNIDADES INDÍGENAS NO BRASIL: UMA REVISÃO DA LITERATURA	Descrever os principais desafios e práticas enfrentados pelos profissionais de enfermagem na atenção básica à saúde nas comunidades indígenas no Brasil.	Revisão de literatura com método de elaboração de revisão narrativo.	Este estudo constatou na literatura que os enfermeiros não indígenas enfrentaram diversas dificuldades no atendimento à saúde dos povos indígenas. Entre os principais desafios constatou-se a interação intercultural, a localização remota das aldeias, a falta de preparo das equipes de enfermagem e as barreiras linguísticas.
Santos, Pinto e Salomão (2025)	A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA BÁSICA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE INDÍGENA.	Analisar a assistência básica de enfermagem à saúde indígena, considerando os aspectos históricos, as principais necessidades de saúde dessas populações, as lacunas assistenciais e os desafios enfrentados na implementação de práticas efetivas e culturalmente sensíveis.	A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de natureza exploratório-descritiva, com ênfase em uma revisão bibliográfica sistemática.	Revelaram que a assistência básica de enfermagem, embora prevista em políticas públicas específicas, ainda enfrenta entraves significativos, como a escassez de profissionais capacitados, dificuldades logísticas em áreas remotas e ausência de abordagem intercultural nos serviços de saúde.

Medeiros et al. (2019)	REPERCUSSÃO S DA UTILIZAÇÃO DE PLANO DE PARTO NO PROCESSO DE PARTURIÇÃO.	Analisar as repercussões da utilização do Plano de Parto no processo de parturição a partir da produção científica nacional e internacional.	Revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados LILACS, PUBMED, CINAHL e SciELO, compreendendo 13 artigos publicados nos idiomas inglês, espanhol e português, no período de 2008 a 2018.	A construção do Plano de Parto no pré-natal influencia positivamente o processo de parturição e os desfechos materno-fetais. Expectativas irrealistas podem causar insatisfação com a experiência de parto. Prestadores de cuidado desempenham papel central no apoio a realização do planejamento e no cumprimento deste
Barbosa et al. (2020)	PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA ACERCA DO PARTO HUMANIZADO.	Compreender a percepção dos enfermeiros da atenção primária a saúde acerca do parto humanizado.	Trata-se de estudo descritivo com abordagem qualitativa realizado durante os meses de outubro e novembro de 2018 com dez enfermeiros que trabalham em unidade básica de saúde, por meio de entrevista semiestruturada. Os dados foram organizados em temáticas e interpretados de acordo com a Técnica de Análise de Conteúdo.	Percebe-se que as enfermeiras, demonstram ter conhecimento das práticas de humanização do parto, porém relatam encontrarem dificuldades para colocar em prática; como também para identificar como se dá a preparação das gestantes para o parto normal.

Fonseca, Cardoso e Lima. (2024)	A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM E OS DESAFIOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA AOS POVOS INDÍGENAS DO AMAZONAS	Analisar os desafios enfrentados pelos enfermeiros na atenção primária à saúde dos povos indígenas no Amazonas, buscando compreender como esses profissionais adaptam suas práticas diante das dificuldades sazonais, das barreiras linguísticas e culturais, bem como da falta de infraestrutura nas comunidades indígenas, com o intuito de promover um atendimento de saúde mais eficiente e culturalmente sensível.	Revisão integrativa da literatura, que visa reunir e analisar de forma sistemática os resultados de pesquisas relevantes sobre a atuação da enfermagem nas comunidades indígenas.	A análise dos artigos selecionados revelou que os enfermeiros enfrentam diversas dificuldades no atendimento à saúde dos povos indígenas. Entre os principais desafios estão a interação intercultural, a localização remota das aldeias, a falta de preparo das equipes de enfermagem e as barreiras linguísticas. Essas questões dificultam a adaptação dos profissionais de saúde às especificidades culturais e sociais das comunidades indígenas, comprometendo a qualidade da assistência prestada.
---------------------------------	---	---	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir da análise dos resultados obtidos, proporcionou observar que a assistência de enfermagem às mulheres indígenas no parto ainda enfrenta importantes desafios relacionados às barreiras culturais e geográficas, formação profissional e a aplicação das boas práticas de parto e nascimento. A literatura destaca que a falta de capacitação específica para o atendimento intercultural compromete a qualidade e a humanização do cuidado. (Souza et al. 2025) e (Fonseca, Cardoso e Lima 2024) apontam que enfermeiros não indígenas enfrentam dificuldades no atendimento à saúde indígena, por não possuir preparo suficiente para lidar com as particularidades culturais, linguísticas e territoriais dessas populações, o que repercute diretamente na qualidade da assistência.

Além disso, destaca-se o papel fundamental dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) durante a assistência nas áreas indígenas, pois esses profissionais são como um elo entre o enfermeiro e a comunidade, não apenas como um tradutor linguístico, mas como um mediador cultural (Araújo e Lopes 2023). A atuação do AIS favorece o acolhimento, a escuta qualificada, e construção de vínculo, uma vez que o mesmo compartilha da mesma vivência territorial e cultural da comunidade. Dessa forma, ele contribui para que o enfermeiro possa compreender os significados atribuídos ao corpo, ao processo gestacional, parto e aos rituais coletivos, evitando interpretações inadequadas, constrangimentos e práticas de cuidado que possam ser percebidas como desrespeitosas ou invasivas.

Nesse contexto, a Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) orienta que a atenção à saúde deve ser respeitosa às especificidades socioculturais e, fundamentada em práticas integradas entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais. Essa diretriz reforça a necessidade de formação continuada dos profissionais, considerando que o cuidado à mulher indígena não se limita a procedimentos técnicos, mas envolve dimensões simbólicas, espirituais e comunitárias (Brasil, 2002). A ausência dessa capacitação pode resultar em um cuidado fragmentado, descontextualizado e pouco resolutivo.

Em conformidade com o estudo de Medeiros et al. (2019), ao evidenciarem que o planejamento e a construção do plano de parto durante o pré-natal exercem influência positiva sobre o processo de parturição e os desfechos materno-fetais. No contexto das mulheres indígenas, tal planejamento ainda representa um desafio, tendo em vista as barreiras culturais, logística e comunicacionais que dificultam a expressão das expectativas maternas e o alinhamento destas com as práticas profissionais. Assim, a ausência de um cuidado intercultural e participativo pode gerar expectativas irreais sobre o parto, levando à insatisfação e ao distanciamento entre as práticas profissionais e os valores tradicionais das parturientes.

Além disso, Barbosa et al. (2021) ressaltam que, embora as enfermeiras possuam conhecimento sobre as boas práticas e sobre a humanização do parto, encontram dificuldades em aplicá-las na rotina assistencial e em preparar adequadamente as gestantes para o parto normal. Essa realidade também se reflete no atendimento às mulheres indígenas, uma vez que a execução das boas práticas requer, além de conhecimento técnico, sensibilidade cultural e condições estruturais favoráveis.

Dessa forma, os achados sugerem que a efetivação de uma assistência segura, humanizada e culturalmente sensível, depende não apenas da capacitação dos profissionais, mas

também da inclusão ativa das gestantes no planejamento do parto e da valorização dos saberes e rituais próprios de cada comunidade. O enfermeiro, como protagonista do cuidado, tem papel essencial na mediação entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, promovendo um cuidado que respeite a diversidade cultural e garanta autonomia e protagonismo à mulher no momento do parto e nascimento.

Apesar da existência de uma política pública específica voltada à atenção à saúde dos povos indígenas, (Santos, Pinto e Salomão 2025) evidenciam que a efetivação dessa assistência ainda enfrenta obstáculos significativos. Entre os principais desafios, destacam-se a escassez de profissionais devidamente capacitados para atuar em contextos interculturais, as barreiras logísticas relacionadas ao acesso às aldeias remotas e a insuficiência de práticas que considerem as especificidades culturais, sociais e linguísticas desses povos. Tais obstáculos comprometem a integralidade do cuidado e revelam a necessidade de fortalecimento das estratégias de educação permanente, bem como de planejamento intersetorial que contemple as dimensões geográficas, culturais e humanas envolvidas na prestação da assistência à saúde indígena.

Por fim, ressalta-se como limitação deste estudo uma escassez importante de artigos que abordem especificamente sobre a importância da capacitação dos profissionais de enfermagem para o atendimento intercultural às mulheres indígenas. Essa limitação restringe a amplitude das análises e evidencia a necessidade de maior investimento em pesquisas e formações que contemplem as particularidades culturais no processo de parto e nascimento, contribuindo para uma assistência mais qualificada, humanizada e culturalmente sensível.

5 CONCLUSÃO

Ao analisar a realidade apresentada, percebe-se que a assistência de enfermagem às mulheres indígenas durante o parto ainda enfrenta desafios expressivos, principalmente relacionados à falta de capacitação intercultural dos profissionais, às barreiras culturais e às limitações estruturais e geográficas presentes nas comunidades indígenas. Ficou evidente que o cuidado oferecido muitas vezes não contempla as dimensões simbólicas e espirituais do parto indígena, o que compromete a humanização e a integralidade da assistência.

Observou-se, contudo, que a presença dos Agentes Indígenas de Saúde tem papel essencial na mediação entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico, favorecendo o acolhimento e a comunicação entre a equipe de enfermagem e a comunidade. Nesse sentido, fortalecer a atuação desses profissionais, bem como investir na formação contínua dos

enfermeiros com enfoque intercultural, mostra-se fundamental para garantir práticas de cuidado mais seguras, respeitosas e culturalmente sensíveis.

Conclui-se, portanto, que a efetivação de uma assistência humanizada ao parto de mulheres indígenas depende do reconhecimento e da valorização das práticas culturais, da promoção de educação permanente voltada ao atendimento intercultural e da integração entre políticas públicas e saberes comunitários. Somente por meio dessa articulação será possível oferecer um cuidado de enfermagem que una técnica, empatia e respeito à diversidade, assegurando às mulheres indígenas o direito a um parto digno, seguro e de acordo com seus valores e tradições.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. A. F. de.; LOPES, G. de S.; Desafios na Assistência em Saúde nas Comunidades Indígenas. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 3, n. 11, p. 22336–22361, 2023. DOI: 10.56083/RCV3N11-120. Acesso em: 16 set. 2025.

BARBOSA, I. de S.; PEREIRA, A. M. M.; COSTA, N. de.; DANTAS, S. L. C.; LIMA, D. J. M.; PAIVA, A. de M, G. Percepção do enfermeiro da Atenção Primária Acerca do Parto Humanizado. *Enferm Foco*, v. 11, n. 6, p. 35–41, ago. 2020. Acesso em: 01 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002. *Diário Oficial da União*, nº 26, Seção 1, p. 46–49, 6 fev. 2002. Brasília: Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), 2. ed., mar. 2002. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção ao Parto Normal. Brasília: Ministério da Saúde. 2017. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. Guia de Implementação da Lista de Verificação da OMS para Partos Seguros: melhorar a qualidade dos partos realizados em unidades de saúde para as mães e os recém-nascidos. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2017.

BRASIL, Ministério da Saúde. Educação Permanente e Educação em Saúde. Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena (DAPSI). Publicado em 09 de julho de 2021. Atualizado em 07 de dezembro de 2022. Acesso em: 19 mai. 2025.

CONCEIÇÃO, D. S.; VIANA, V. S. S.; BATISTA, A. K. R.; ALCÂNTARA, A. dos S. S.; ELERES, V. M.; PINHEIRO, W. F.; BEZERRA, A. C. P.; VIANA, J. A. A Educação em Saúde como Instrumento de Mudança Social. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 6, n. 8, p. 59412–59416, 2020. Acesso em: 20 mai. 2025.

FONSECA, I. O. da.; CARDOSO, P. C.; LIMA, S. J. S. de. A Atuação da Enfermagem e os Desafios na Atenção Primária aos Povos Indígenas do Amazonas. *Revista Foco*, v. 17, n. 11-093, 2024. Acesso em: 10 nov. 2025.

GARNELO, L.; LIMA, J. G.; ROCHA, E. S. C.; HERKRATH, F. J. Acesso e cobertura da Atenção Primária à Saúde para populações rurais e urbanas na região norte do Brasil. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe1, p. 81–99, 2018. Acesso em: 13 mai. 2025.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Aberta consulta pública sobre os Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil. Publicado em 20 de dezembro de 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. Disponível em: censo2022.ibge.gov.br. Acesso em 31 de maio de 2025.

MAIA, A. S.; NASCIMENTO, E. do N.; CARVALHO, T. de.; SOUSA, C. G. de. Os desafios da enfermagem na atenção integral à saúde dos povos indígenas. *Revista Enfermagem em Foco*, 2021; 12(2): 333-8. Acesso em: 13 nov. 2025.

MEDEIROS, R. M. K.; FIGUEIREDO, G.; CORREA, A. C. de P.; BARBIERI, M. Repercussões da Utilização do Plano de Parto no Processo de Parturição. *Rev Gaúcha Enferm.* 2019;40:e20180233. Acesso em: 01 de nov. 2025.

MONTEIRO, M. A. C.; SIQUEIRA, L. E. de A.; FROTA, N. M.; BARROS, L. M.; HOLANDA, V. M. de S. Assistência de enfermagem à saúde das populações indígenas: revisão de escopo. *Cogitare Enfermagem*, v. 28, e88372, 2023. Acesso em: 23 de set. 2025.

NUNES, J. E. S.; OLIVEIRA, L. L. F. de. O uso do plano de parto como instrumento de prevenção de violência obstétrica contra a mulher indígena. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 14, p. e141235, 2024. DOI: 10.55892/jrg.v7i14.1235. Acesso em: 13 nov. 2025.

459

QUENTAL, L. L. C.; NASCIMENTO, L. C. C. da C.; LEAL, L. C.; DAVIM, R. M. B.; CUNHA, I. C. B. C. Práticas educativas com gestantes na Atenção Primária à Saúde. *Rev. enferm. UFPE on line* ; 11(supl.12): 5370-5381, dez.2017. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, J. H. O.; PINTO, E. V.; SALOMÃO, I. R. A Importância da Assistência Básica De Enfermagem em Saúde Indígena. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE*. São Paulo, v. 11, n. 6, jun. 2025. Acesso em: 07 nov. 2025.

SOUZA, A. C. DIAS. de.; OLIVEIRA, J. G. O. de.; AZEVEDO, L. L. de.; REGO, M. P.; GOMES, R. K. da S. Desafios e Práticas de Enefermagem na atenção Básica nas Comunidades Indígenas no Brasil: Uma Revisão de Lteratura. *Revista Foco*, 2025. v18, n10-028. Acesso em: 07 nov. 2025.

VIEGAS, S, de F.; NASCIMENTO, L. C.; MENEZES, C.; SANTOS, T. R.; ROQUINI, G. R.; THOLL, A. D.; NITSCHKE, R. G. SUS-30 anos: direito e acesso no cotidiano da Atenção Primária à Saúde. *Rev. Bras. Enferm.* 2021; 74 (2). Acesso em: 19 de mai de 2025.

VITAL, A. F.; MENEZES, J. L. S. de; CARDOSO, K. G.; SANTOS, L. M. dos; MENEZES, V. C.; SANTOS, E. B. dos; COELHO, P. D. L. P.; FIGUEREDO, S. N.; MONTEIRO, L. B.; LOPES, L. V. Percepções da equipe de enfermagem no atendimento à população indígena em uma unidade básica de saúde na cidade de Manaus. *Revista Eletrônica Acervo Enfermagem*, v. 23, n. 2, p. e11741, 10 mar.